



AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS: UM INDICADOR DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Mary Ângela T Brandalise. – UEPG

Resumo : Na presente comunicação faz-se uma análise sobre a possibilidade da avaliação dos cursos de graduação pelos egressos vir a se constituir em um indicador da avaliação institucional nas instituições de ensino superior contribuindo para a melhoria da qualidade acadêmica. Objetiva delinear uma metodologia de avaliação institucional que estabeleça uma comunicação entre as instituições de ensino superior e egressos de forma continuada, implementando-a por meio de um sistema de avaliação informatizado. O desenvolvimento da avaliação dos cursos de graduação na perspectiva dos egressos possibilitará a identificação das potencialidades e fragilidades da formação recebida, a trajetória profissional e a continuidade da qualificação em nível de pós-graduação após a conclusão do curso. A pesquisa de cunho qualitativo, do tipo reflexiva-interpretativa está sendo desenvolvida a partir de fundamentos descritivos e analíticos, tendo o egresso como indicador de avaliação institucional. O referencial teórico-metodológico está sendo elaborado a partir dos estudos, Dias Sobrinho, Cappelletti, Sousa, Both, Gatti, entre outros, além da legislação oficial sobre a política brasileira de avaliação da educação superior.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Avaliação Institucional. Egressos. Desenvolvimento Curricular.

Introdução

Avaliações sempre existiram no contexto educacional brasileiro tanto na Educação Básica como na Educação Superior: avaliação da aprendizagem dos estudantes, avaliação de docentes; avaliação de escolas, avaliação de cursos, avaliação de currículos, avaliação de políticas educacionais, programas e projetos, entre tantas outras. Nos estudos e pesquisas relacionados às políticas de avaliação educacional o que há de novo não é sua necessidade ou importância, mas como ela está ou deveria estar sendo feita, quem avalia e com quais intenções, e ainda, as consequências desses processos avaliativos nos contextos e sujeitos avaliados.

Estudiosos na área de avaliação apontam que a avaliação tem adquirido grande centralidade nas políticas públicas, particularmente nas políticas educacionais pelos organismos governamentais com o propósito de os Estados ampliarem as ações de controle e fiscalização sobre as escolas e os sistemas educacionais, fenômeno por eles apontado como a presença do “Estado Avaliador” na educação, que tem cumprido o papel de monitorar, credenciar e oferecer indicadores de desempenho para os sistemas de ensino. Apesar de provocar um impacto considerável no sistema educacional brasileiro, mobilizando as

instituições de educação superior para rever seus cursos, seus currículos, a qualificação de seus professores e buscar formas para aprimorar a qualidade de suas práticas, apresenta aspectos limitantes como processo avaliativo. Pode-se citar como exemplo o caráter pontual e genérico dos exames, a tendência de homogeneização dos currículos, a desconsideração das especificidades institucionais, entre outros.

A referência a esse movimento de redefinição do papel do Estado, que se realiza em âmbito mundial, é importante, não para aceitá-lo como algo inexorável mas para possibilitar-nos a explicitação de princípios que têm norteado as iniciativas de avaliação educacional, no Brasil, e que, como já assinalamos, ocupam papel central nas políticas educacionais brasileiras. Se tradicionalmente o foco privilegiado era a avaliação da aprendizagem, hoje observamos propostas e práticas que, para além da avaliação do aluno, voltam-se para a avaliação do desempenho docente, avaliação de curso, avaliação institucional, avaliação do sistema educacional. Além da diversidade de focos para os quais a avaliação está direcionada, registra-se, também, que tais propostas e práticas abrangem os diversos níveis de ensino – da educação básica ao ensino superior, com especificidades para a graduação e a pós-graduação. (SOUSA, 2003, p.179).

Nessa perspectiva, a questão da avaliação da educação brasileira é realmente nova, tendo se colocado no centro das discussões tanto da Educação Básica, com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação – SAEB, Prova Brasil e Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como da Educação Superior com a instituição do Exame Nacional de Cursos – ENC e, mais recentemente, com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, pela lei 10.861 de 14/04/2004.

Segundo o art. 1 da referida lei, o SINAES objetiva assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior (AVALIES), de avaliação dos cursos de graduação (ACG) e da avaliação do desempenho acadêmicos de seus estudantes (ENADE).

A avaliação institucional, seja interna ou externa, é uma das proposições asseguradas pela lei do SINAES devendo contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos. Respeitando à identidade, à diversidade e as especificidades acadêmicas de cada IES várias dimensões institucionais podem ser consideradas, dentre elas:

- 1ª- A missão e o plano de desenvolvimento institucional.
- 2ª- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão.
- 3ª- A responsabilidade social da instituição.
- 4ª- A comunicação com a sociedade.
- 5ª- As políticas de pessoal e de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.
- 6ª- A organização e gestão da instituição.
- 7ª- A infra-estrutura física.
- 8ª- O planejamento e avaliação.
- 9ª- As políticas de atendimento aos estudantes.

10ª- A sustentabilidade financeira.

O objeto de estudo da pesquisa aqui apresentado é a prática de avaliação institucional quanto à 9ª dimensão, que se refere às políticas de atendimento aos estudantes, particularmente quanto à política de acompanhamento e avaliação de egressos, articulada à avaliação dos cursos de graduação, desenvolvida numa universidade pública paranaense. Embora seja indiscutível a necessidade da existência de políticas de acompanhamento dos ex-alunos de uma IES, para confrontar a qualidade da formação recebida com as competências requeridas no exercício profissional, essa não é uma prática fácil de ser operacionalizada nos contextos institucionais, principalmente em função da falta de informação sobre os egressos, derivada, muitas vezes, da inexistência de sistemas de acompanhamento de egressos por parte das IES. Outro fator que pode acabar por dificultar esse processo de acompanhamento é a diversidade de concepções em torno do termo egresso.

Pena (2000) cita em sua pesquisa de mestrado diferentes concepções de egresso, entre elas:

[...] no âmbito educacional, parece haver uma divergência quanto à definição de egresso: enquanto alguns profissionais usam o termo egresso para referir-se exclusivamente aos alunos formados, outros são claros ao abranger com essa denominação todos os indivíduos que saíram do sistema escolar por diferentes vias: diplomados, por desistência, por transferência; outros, por sua vez entre essas categorias, incluem, também, a dos jubilados; [...] (PENA, 2000, p.28).

No entanto, para o andamento do estudo a autora citada assim se posiciona em relação à discussão: “assumiu-se, finalmente, que o termo “egresso” caracteriza-se o aluno que já saiu da escola – ou seja, todo ex-aluno -, incluindo, então, as categorias de diplomados, desistentes, transferidos e jubilados”. (PENA, 2000).

De acordo com Lousada e Martins (2005, p. 74) egresso é [...] aquele que efetivamente concluiu os estudos, recebeu o diploma e está apto a ingressar no mercado de trabalho – como fator de destaque e fonte de informação à Instituição de Ensino Superior (IES) que o formou.

A concepção de egresso de Lousada e Martins (2005) é a adotada no presente trabalho, não considerando, portanto, como egressos os alunos transferidos, evadidos e jubilados.

Entretanto, para além das dificuldades de realizar o acompanhamento de egressos, a promoção do diálogo permanente com os mesmos torna-se essencial para que às IES retornem informações sobre a qualidade da formação recebida, tanto curricular, quanto ética, a inserção

no mercado de trabalho, a satisfação profissional, a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida, além da continuidade da formação. Segundo Both (1999, p.152) “a avaliação da Universidade por ex-alunos torna-se um dos componentes de fundamental importância, tendo em vista estar percebendo o aluno que passou pela instituição a real contribuição que seu curso lhe propiciou para o desempenho de suas funções e atividades no dia a dia”.

O que o autor discute na citação acima, torna-se possível em função de que o egresso enfrenta situações complexas em seu cotidiano de trabalho, que o levam a confrontar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com os requeridos no exercício profissional. A partir daí ele pode avaliar a adequação da estrutura curricular do curso, bem como os aspectos intervenientes no processo de formação acadêmica.

Outro fator importante a ser considerado na avaliação feita pelo egresso é a questão da maturidade, uma vez que depois que sai da instituição não tem a mesma visão de quando era acadêmico, amadurece, esquece um pouco os vínculos afetivos, consegue refletir sobre o que passou e acaba dando a devida importância à avaliação do curso e da Instituição. (LOUSADA, MARTINS, 2005).

Portanto, o feedback dos egressos em relação ao ensino ofertado pela instituição é necessário para a proposição das mudanças nos currículos, nos processos de ensino-aprendizagem, na gestão universitária e para averiguar a trajetória profissional e acadêmica após a conclusão do curso. Nesse sentido, o egresso do curso de graduação pode constituir-se como um indicador de avaliação institucional e uma referência para a avaliação da qualidade acadêmica da instituição formadora.

Ao tecer as discussões em torno da avaliação institucional no campo da política educacional e no campo acadêmico surge a questão que se pretende responder: em que medida a avaliação dos cursos de graduação pelos egressos pode constituir-se como indicador da avaliação institucional para a gestão acadêmica?

A partir dessa questão norteadora objetiva-se analisar se a avaliação dos cursos de graduação pelos egressos pode constituir-se indicador de avaliação institucional nas instituições de ensino superior contribuindo para a melhoria da qualidade acadêmica.

Avaliação de egressos no âmbito da avaliação institucional interna

As instituições de ensino superior são cada vez mais caracterizadas como centros de aprendizagem de todos os seus membros e da própria organização. Enquanto organizações

nucleares das sociedades atuais, elas não podem ficar indiferentes às mudanças e transformações que nelas acontecem, sejam elas de natureza econômica, política, científica, pedagógica ou legal.

Contemporaneamente, a sociedade se caracteriza pelo culto da qualidade, da eficiência, da eficácia, do desenvolvimento profissional nas organizações e do desenvolvimento das instituições enquanto *locus* privilegiado de interação e ação estratégica das pessoas, das relações sociais, enfim, da cultura humana.

O conceito de escola que se resume a um conjunto de indivíduos que se limita a cumprir instruções é substituído pelo conceito de instituição que pertence a uma comunidade viva, que pensa e que, tenta encontrar as melhores soluções para obter os melhores resultados, tendo em conta realidades concretas.

Nessa perspectiva, a avaliação das instituições de ensino superior é considerada hoje uma questão essencial. A necessidade de avaliá-las é devida a razões de ordem econômico-social, político-administrativa, científico-pedagógica ou de natureza legal. Avaliação é um processo complexo e não há um modelo pronto para consumo, um modelo ideal e único para as instituições.

A concepção de avaliação adotada num processo avaliativo pode assentar-se em diferentes fundamentos teórico-metodológicos de avaliação educacional, os quais são válidos tanto à avaliação da aprendizagem, de currículo, de docentes, de políticas públicas, de programas, de projetos quanto à avaliação das instituições escolares específicas, como as escolas básicas, os institutos de ensino superior, as universidades, entre outros.

Toda instituição, sobretudo a educacional, apresenta características orgânicas que justificam essa correspondência, conseqüentemente, o similar fundamento para os processos de avaliação. Uma instituição escolar é compreendida como um conjunto de processos e relações que se produzem em seu cotidiano pelos sujeitos nela inseridos: educadores e educandos, essencialmente. Portanto:

A avaliação institucional não é instrumento de medida de atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos descolados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiências de profissionais individualizados. A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico. [...] A avaliação há que reconhecer as formas e a qualidade das relações na instituição, mas também constituir as articulações, integrar as ações em malhas mais amplas de sentido, relacionar as estruturas internas aos sistemas alargados das comunidades escolares e da sociedade. (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 61).

A avaliação institucional numa perspectiva crítica é aquela que consegue captar o movimento institucional presente nas relações da instituição. Toda instituição é constituída por dois princípios em permanente tensão: o instituído e o instituinte. Castoriades (1975) explica que o instituído é o conjunto de forças sedimentadas, consolidadas que buscam a conservação e reprodução do quadro institucional vigente. O instituído é a forma. Já o conjunto de forças em constante estado de tensão, de mudança, de transformação, de recriação é o instituinte. O instituinte é o campo de forças.

A avaliação institucional é formalmente a avaliação desse instituído e instituinte. Ela tem que identificar aspectos concretos, formais e informais, explícitos ou não, internos e externos, que viabilizam a realização dos objetivos e fins educacionais propostos num projeto institucional. Há, portanto, que se considerar toda a dinâmica institucional para captar o espírito da instituição avaliada. Nesta perspectiva, a avaliação institucional tem um caráter formativo, está voltada para a compreensão e promoção da autoconsciência da instituição escolar.

Para desencadear um processo de avaliação institucional numa postura crítica, é necessário adotarem-se alguns princípios, considerados os pilares da avaliação. Dias Sobrinho (2000) propõe alguns princípios, dentre os quais se destacam: totalidade, integração e processo.

- a) Totalidade – a avaliação institucional deve ser uma ação sistemática e global, que ultrapasse amplamente as avaliações pontuais e corriqueiras da vida escolar. A totalidade não está apenas no objeto, mas também no sujeito. A avaliação é uma ação organizada que requer a participação ampla e assumida dos agentes de todos os segmentos da instituição, em seu processo interno, de pares da comunidade escolar.
- b) Integração – a avaliação requer a postura dinâmica de conhecer, produzir e cimentar as relações, de construir a articulação e a integração dos diversos níveis, áreas e dimensões institucionais. Para além do entendimento das partes, a avaliação deve conduzir à compreensão e construção de totalidades integradas.
- c) Processo – a avaliação institucional também não há de se extinguir com a elaboração de relatórios e diagnósticos, com o julgamento de resultados e ações já cumpridas. É um processo e como tal deve inscrever-se na vida total da instituição, isto é, realizar-se como cultura. Tem os seus movimentos distintos, os seus tempos presente e o passado, mas não pode deixar de ser pró-ativa ou prospectiva, pois que deve ajudar o processo educativo global a produzir as condições necessárias para os desenvolvimentos futuros. (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 63).

Apoiada em tais fundamentos teóricos, o trabalho aqui apresentado decorre de reflexões e ações (acadêmicas e de gestão universitária) na área de planejamento e avaliação institucional, estudos da legislação das políticas de avaliação da educação superior brasileira, particularmente a pertinente ao SINAES.

Dentre as diferentes possibilidades de avaliação institucional registra-se a de averiguar a opinião dos egressos dos cursos de graduação, uma vez que ela se constitui em uma das dimensões propostas pelo SINAES, e também, porque ela pode evidenciar a qualidade da formação recebida na instituição formadora.

O estudo de acompanhamento de egressos pode ser inserido nesse contexto da avaliação institucional, como um componente que irá auxiliar no apontamento da realidade qualitativa da IES, como uma das formas de avaliação de produtos ou resultados, ou seja, vai conferir significado à avaliação dos cursos, quanto a sua respeitabilidade, desempenho, qualidade e, até mesmo, quanto ao seu prestígio externo. (LOUSADA, MARTINS, 2005, p. 76).

A avaliação institucional realizada por egressos pode constituir-se uma referência da realidade qualitativa da IES, que pode evidenciar a qualidade dos cursos realizados e a efetividade da ação institucional como um todo. O desafio de construí-lo numa perspectiva crítica aponta que, para além do domínio de fundamentos e técnicas de avaliação, há necessidade de posturas mais dialógicas e democráticas, e de uma preparação dos avaliadores para que adquiram certo domínio das condições de construção dinâmica de processos socioculturais, científicos e pedagógicos, considerando os múltiplos fatores que os interseccionam.

Referencial teórico-metodológico e operacionalização da pesquisa

O desenvolvimento de uma pesquisa implica sempre decisão e opção por uma metodologia para intervenção na realidade. Consequentemente, escolher uma metodologia para o estudo da avaliação dos cursos de graduação na perspectiva dos egressos pressupõe a escolha de uma concepção filosófica e epistemológica que fundamente o trabalho a ser realizado.

No diálogo estabelecido com os autores procurou-se evidenciar que o paradigma de avaliação adotado neste trabalho é de caráter dialético-crítico. Tal horizonte teórico se contrapõe às concepções estruturalistas, positivistas de avaliação, mas pressupõe que no

desenvolvimento de estudos no campo da avaliação institucional faz-se necessário o entendimento dos processos de avaliação de análises sócio-históricas na perspectiva de construção de seus sentidos e significados sociais. A conceitualização de avaliação educacional proposta por Cappelletti, perspectiva-se nessa acepção:

A avaliação constitui-se em uma investigação crítica de uma dada situação que permite, de forma contextualizada, compreender e interpretar os confrontos teórico-práticos, as diferentes representações dos indivíduos e as implicações na reconstrução do objeto em questão. Esse processo desencadeia uma intervenção intencional de estudos, reflexões, re-leituras, gerando nas ações/decisões um movimento de problematização e ressignificação, na direção de transformações qualitativas de relevância teórica e social. (CAPPELLETTI, 2002, p. 32-33).

Assumindo-se essa concepção de avaliação, a opção metodológica foi pelo encaminhamento da pesquisa qualitativa, centrando o interesse nos significados que os sujeitos atribuem à avaliação, no caso específico compreendendo a percepção que os egressos conferem à formação recebida na graduação, construindo coletivamente um conhecimento acerca da avaliação de egressos como indicador da avaliação institucional.

Na área da avaliação institucional a pesquisa reflexivo-interpretativa vem se destacando como uma das estratégias de pesquisa qualitativa, uma vez que “a partir de um fundamento descritivo e analítico, apresentam diferentes interpretações, traduzindo significados e relevâncias, com base em referentes sociocientífico e culturais, agregando, também formas diversificadas de coleta de dados”. (GATTI, 2006, p. 11). Diferentes matizes teóricos vêm dando suporte às pesquisas reflexivas-interpretativas pela composição compreensiva interdisciplinar que envolve questões analisadas pela sociologia, psicologia social, economia política social entre outras.

O objetivo principal da avaliação institucional pelos egressos como aqui é entendida, é conhecer como e por que funcionam de certo modo os cursos de graduação de uma instituição de ensino superior, quais seus impactos na formação acadêmica e na inserção dos formados no mercado de trabalho, enfim, é compreender e explicar a sua natureza e melhorar sua prática, enriquecendo as suas ações.

A partir dos pressupostos teórico-metodológicos adotados o desenvolvimento da pesquisa foi desencadeado em parceria com a Comissão Própria de Avaliação - CPA da instituição. As pesquisadoras inseriram-se no processo avaliativo desenvolvido pela CPA junto aos coordenadores de curso de graduação, desde a fase de concepção da avaliação, da

definição das dimensões a serem avaliadas, da elaboração coletiva do instrumento, da criação do sistema informatizado, da sensibilização e mobilização dos egressos, da participação dos egressos até a fase de organização, análise, elaboração do relatório de avaliação de egressos e divulgação dos resultados.

O instrumento avaliativo (questionário) foi construído coletivamente, em reuniões de trabalho quinzenais dos membros da CPA com a participação das pesquisadoras. O instrumento final, composto de 12 (doze) questões, sendo 6 (seis) fechadas, 4 (quatro) abertas e 2 (semi-abertas), contemplou as seguintes dimensões: perfil do egresso, expectativas do egresso ao concluir o curso de graduação, qualidade da formação recebida na graduação em relação a sua aplicabilidade na vida profissional, atuação profissional atual, tempo decorrido entre a conclusão do curso de graduação e o primeiro emprego na área de formação, principais dificuldades enfrentadas pelo egresso no mercado de trabalho em relação à formação recebida no curso de graduação, sugestões a serem dadas pelo egresso em relação à organização curricular do curso concluído para melhor preparação para a inserção profissional na sua área de atuação e qualificação na pós-graduação.

Após a testagem do questionário, numa amostra piloto de estudantes representantes dos trinta e oito cursos de graduação da instituição, alguns ajustes foram feitos nas questões propostas a fim de melhorar a sua compreensão pelos egressos e o mesmo foi implantado num sistema informatizado de avaliação institucional.

O processo avaliativo realizado envolveu todos os cursos de graduação da instituição pesquisada. Dos 6.575 (seis mil, quinhentos e setenta e cinco) egressos considerados aptos a responder o questionário online disponibilizado na página da internet da instituição, 1.281 (um mil, duzentos e oitenta e um) responderam-no na íntegra, constituindo uma amostra significativa de 19,48% participantes, concluintes dos anos de 2006 (14%), 2007(17%), 2008 (22%), 2009 (23%), 2010(24%).

O período de preenchimento dos questionários *online* pelos egressos, que se configurou na coleta de dados, foi de três meses – junho a agosto de 2011. Os dados oriundos dos questionários foram agrupados por curso de graduação, posteriormente por área de conhecimento e por fim, de toda a instituição. Para análise dos dados brutos de cada curso as questões fechadas foram tabuladas automaticamente pelo sistema informatizado. Já as questões aberta e semi-abertas, organizadas em planilhas específicas, foram tratadas qualitativamente, envolvendo leitura, discussões, análises e sistematização individuais e

coletivas, das pesquisadoras com os membros da CPA e com os membros dos Colegiados dos cursos de graduação.

Considerações Preliminares

Os resultados da pesquisa em andamento aqui apresentados tiveram como questão central a avaliação dos cursos de graduação na perspectiva dos egressos de uma instituição pública paranaense. A partir da definição do referencial teórico metodológico da pesquisa, quanto as concepções de avaliação institucional e de egresso, foi delineada coletivamente uma proposta de avaliação institucional para egressos de cursos de graduação.

A partir da implantação de um sistema de avaliação institucional, que possibilitou o acompanhamento dos egressos da IES, foi possível instituir o processo avaliativo de acordo com a política de acompanhamento dos estudantes proposta pelo SINAES.

Tendo em vista que a pesquisa se encontra em andamento, os resultados preliminares já se mostram relevantes devido a significativa participação dos egressos, e o diálogo estabelecido com as instâncias institucionais, principalmente os colegiados de cursos de graduação da instituição.

Acredita-se que ao término da investigação os resultados da avaliação de egressos indicarão para avanços reais na qualidade acadêmica, considerando a riqueza de informações, significados e perspectivas a serem desveladas pelos ex-alunos.

Referências

BOTH, Ivo José. Avaliar a universidade é preciso: agente de modernização administrativa e da educação. In: SOUZA, Eda C. B. Machado (org). **Avaliação institucional**. 2.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

CAPPELLETTI, Isabel Franchi. **Avaliação de Políticas e Práticas Educacionais**. São Paulo: Editora Articulação Universidade /Escola. Ltda, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 2000.

GATTI, Bernadete. Avaliação institucional: processo descritivo, analítico ou reflexivo? **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.17, nº 34, , p. 7-14, maio/ago. 2006.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. de A. Egressos como fonte de informação à gestão dos curso de ciências contábeis. **Revista Contabilidade Financeira – USP**, São Paulo, n.37,p73-84, jan/abr.2005.

PENA, M. D. C. Acompanhamento de Egressos: análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. **Educação &Tecnologia**. Belo Horizonte, v.5,p. 25-30, 2000.

SINAES- **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação (INEP). 4 ed., amp. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

SOUSA, SANDRA M. ZÁKIA L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 175-190, julho/ 2003.